

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Cruzeiro do Sul, Instituto de Investigação para o Desenvolvimento realizou em 2000, a pedido do programa MAMM/UDC, um levantamento sócio-económico de base nos distritos onde o programa actua, Moma, Angoche, Mogovolas e Mongicual.

O relatório, englobando os 4 distritos, foi baseado no modelo teórico do Cruzeiro do Sul, o que permitiu alcançar uma maior clareza sobre a situação das comunidades rurais na micro-região MAMM.

Aquando da realização da primeira fase do estudo em 2000, ficara acordado que o Cruzeiro do Sul realizaria, em coordenação com a UDC, o seguimento do mesmo em 2002/3.

O objectivo geral deste estudo de seguimento é de: “focando na interpretação dos dados recolhidos, alcançar uma maior clareza sobre a situação das comunidades rurais na micro-região MAMM, tomando em consideração as (possíveis) alterações resultantes da existência de “novas” formas associativas, particularmente, as Comissões de Desenvolvimento Local (CDLs)”.¹

Para este efeito, o relatório é constituído por duas partes. Primeiro uma comparação analítica entre o levantamento realizado em 2000 e o presente, para determinar o percurso do desenvolvimento sócio-económico na micro-região MAMM, isto é, um estudo diacrónico.

Segundo, uma análise sincrónica do papel das CDLs, partindo de um modelo analítico para o efeito desenhado, dividindo-se a amostra em duas categorias, comunidades com CDLs e comunidades sem CDLs. Primeiro caracterizam-se as CDLs enquanto instituições e depois procura-se compreender até que ponto estas formas de organização contribuem ou não para o desenvolvimento sócio-económico das comunidades e qual a sua sustentabilidade.

¹ Termos de referência para a realização do levantamento sócio-económico (Fase II), MAMM/ UDC, Cruzeiro do Sul

2. METODOLOGIA

A metodologia para o trabalho de campo que se seguiu foi, basicamente, a mesma que foi utilizada em 2000, com pequenas alterações derivadas da solicitação do Programa MAMM que consistiram numa análise diferenciada às comunidades onde já foram implantadas CDLs (Comissões de Desenvolvimento Local) com entrevistas directas aos chefes de família residentes em aldeias seleccionadas.

Na análise comparativa entre os resultados encontrados em 2000 e os de 2003 foram consideradas apenas os dados referentes as zonas rurais, por isso foram excluídas as entrevistas que foram realizadas nas sedes de distrito.

(i) Questionário

O questionário utilizado em 2003, foi o mesmo que o que foi utilizado em 2000, tendo-lhe sido acrescentada um conjunto de perguntas (6.1. a 6.6.2) para permitir entender melhor a implantação das CDLs nas aldeias, a importância que têm para as famílias que ali vivem e a sua caracterização institucional.

Em anexo, pode ser consultada uma cópia do questionário utilizado este ano [vide anexo 1].

Como em 2000, os questionários foi dirigido aos chefes de família, na sua eventual ausência foi entrevistado um outro membro adulto do agregado familiar de preferência o cônjuge. Só se realizou uma visita aos lares e as entrevistas foram conduzidas em português e, sempre que possível, nas línguas locais (Emakua e Ekôti).

Para se evitarem distorções nos resultados, não foram feitas entrevistas a membros dos CDLs.

O trabalho de campo decorreu entre 30 de Julho e 20 de Agosto. Os entrevistadores que fizeram a aplicação dos questionários aos chefes de família foram escolhidos de entre os extensionistas do Programa MAMM, parte dos quais já tinha participado no estudo anterior. Os inquiridores foram sujeitos a um programa de formação específico com a duração de dois dias e a qualidade do seu trabalho era controlada diariamente, sendo invalidados os questionários com erros para posterior substituição.

(ii) Amostragem

Como o Programa MAMM estava particularmente interessado em que o estudo pudesse estabelecer comparações entre as aldeias onde tinham sido criadas CDLs e as que não tinham esta instituição, decidiu-se que a amostra seria distribuída pelos dois tipos de aldeias na mesma proporção (50% nas aldeias com CDLs e 50% nas aldeias sem CDLs). O

tamanho da amostra foi determinado por limitações de ordem prática (tempo) e orçamentais para 800 entrevistas, tendo sido 200 por distrito. Em cada distrito foram seleccionadas 4 aldeias com CDL e outras 4 sem CDL e foram conduzidas 25 entrevistas em cada aldeia. A margem de erro identificada anda entre 2 a 5 pontos e o desvio padrão dos resultados encontrados nunca atingiu níveis que pudessem por em causa a análise dos dados, muito embora o tamanho da amostra devesse ter sido maior. Face à pouca variabilidade das respostas as amostras na micro-região não necessitam de ser demasiado grandes, todavia, em situações futuras é recomendável que se tenha, pelo menos 100 inquéritos por cada unidade base de análise.

Desta forma, a amostra ficou distribuída por 32 pontos de amostragem (aldeias) distribuídos como se ilustra na tabela que se segue.

Distrito	Aldeias com CDL		Aldeias sem CDL	
	Aldeia	# entrevistas	Aldeia	# entrevistas
Angoche	Thopa	25	Murrua	25
	Namazene	25	Naculue	25
	Mazica	26	Mocotine	24
	Natiri	26	Mocotone	24
Moma	Niapala	25	Muliquite	25
	Lipito	25	Micane	25
	Marrupanama	25	Macuri	25
	Muhapala	25	Mupaheia	25
Mogovolas	Namarepo	25	Nanoa	25
	Namicoza	25	Marrasse	24
	Nainhoto	25	Muralene	25
	Rieque	25	Mecupe	25
Mogincual	Maquela	25	Metua	25
	Nacacana	25	Nota	25
	Cutanhahi	25	Pacura	25
	Naula	25	Ratanamaca	25
Total	402		397	

A selecção das aldeias foi aleatória, tendo sido feita a partir de listas das aldeias com e sem CDLs em cada distrito elaboradas pelo Programa MAMM. As famílias interpeladas para as entrevistas foram seleccionadas, como em 2000, por intervalo, nas 4 direcções dos pontos cardiais, a partir do “centro” de cada aldeia.

(iii) Base de Dados

Foi criada uma base de dados em SPSS (Windows), e após a codificação dos questionários os dados foram introduzidos nela directamente. Foi verificada a digitação em 10% dos casos (80 casos) e corrigidos os erros que neles se encontraram, que foram poucos e não sistemáticos (menos de 1% das entradas tinham erros de digitação).

A partir da base de dados de 2000, foi criada uma outra para efeitos de comparação com os resultados actuais, contendo apenas os dados referentes às famílias rurais, isto é, às famílias camponesas vivendo fora das capitais distritais. De uma amostra de 1613 da amostra original de 2000 retiveram-se apenas cerca de 1000 casos (1085) correspondentes à “amostra rural” deste ano.

(iv) Estimativas de Renda

Para as estimativas de renda da produção agrícola, das árvores de fruta e do valor dos animais foram utilizados os indicadores disponíveis, a partir de informação histórica e os preços actualmente praticados nas comunidades em causa, na compra ao camponês da sua produção excedentária.

Principais produtos agrícolas (áreas médias, produtividade média e preços em MZM)

CULTURA	DISTRITO	HA médias	KG/HA médias	PREÇO médias
ALGODÃO	MOGOVOLAS	0.815	263.55	3800.00
	MONGICUAL	0.735	201.60	3800.00
	MOMA	0.910	305.70	3800.00
	ANGOICHE	0.736	219.40	3800.00
AMENDOIM	MOGOVOLAS	0.438	369.71	9250.00
	MONGICUAL	0.316	342.00	9250.00
	MOMA	0.363	466.00	9250.00
	ANGOICHE	0.237	340.50	9250.00
ARROZ	MOGOVOLAS	0.314	1259.83	7125.00
	MONGICUAL	0.360	1519.85	7125.00
	MOMA	0.236	1056.40	7125.00
	ANGOICHE	0.097	1234.10	7125.00
FEIJÃO	MOGOVOLAS	0.221	474.16	4000.00
	MONGICUAL	0.186	426.35	4000.00
	MOMA	0.187	519.50	4000.00
	ANGOICHE	0.146	491.30	4000.00
MAPIRA	MOGOVOLAS	0.544	461.34	2500.00
	MONGICUAL	0.561	476.35	2500.00
	MOMA	0.550	635.20	2500.00
	ANGOICHE	0.437	577.00	2500.00
MEXOEIRA	MOGOVOLAS	0.379	273.30	1500.00
	MONGICUAL	0.232	48.70	1500.00
	MOMA	0.444	216.10	1500.00
	ANGOICHE	0.201	367.40	1500.00
MILHO	MOGOVOLAS	0.321	347.73	2000.00
	MONGICUAL	0.384	325.10	2000.00
	MOMA	0.058	905.61	2000.00
	ANGOICHE	0.098	873.15	2000.00
GERGELIM	MOGOVOLAS	0.130	405.13	7250.00
	MONGICUAL	0.195	513.05	7250.00

	MOMA	0.021	399.50	7250.00
	ANGOCHÉ	0.204	427.00	7250.00
MANDIOCA	MOGOVOLAS	1.100	14550.16	1142.86
	MONGICUAL	0.702	17169.25	1142.86
	MOMA	0.971	13536.00	1142.86
	ANGOCHÉ	0.659	18926.00	1142.86
GIRASSOL	MOGOVOLAS	1.100	14550.16	2500.00
	MONGICUAL	0.702	17169.25	2500.00
	MOMA	0.971	13536.00	2500.00
	ANGOCHÉ	0.659	18926.00	2500.00

Os preços utilizados nos cálculos (produtos agrícolas das culturas e animais) foram as médias dos diferentes preços levantados no campo pela equipa de trabalho e a informação colhida junto do pessoal do programa MAMM que é conhecedora do terreno.

Valorização junto do produtor do caju, coco e animais

Castanha de caju	5,666.00 mt/kg
(73% das árvores em produção; 2.5 kg de castanha por ano)	
Coco	2,000.00 mt/unidade
(65% das árvores em produção; 40 a 60 cocos por ano)	
Bovinos	6,250,000.00 mt
Caprinos	382,250.00 mt
Porcinos	300,000.00 mt
Aves	39,375.00 mt

(v) Metodologia para a Análise dos Dados

Visto que o presente levantamento é de seguimento, a metodologia seguida para a análise dos dados foi a da comparação diacrónica dos resultados e conclusões a que se chegou em 2000 sobre a situação sócio-económica nos 4 distritos da região MAMM com os dados obtidos em 2003.

Sendo um dos objectivos do presente relatório a análise aprofundada das CDLs optou-se por ter uma amostra, exclusivamente rural. Todavia, como a amostra de 2000 incluía também os centros urbanos, os dados foram trabalhados de novo com o fim de se separarem as informações relativas às zonas rurais das relativas às zonas urbanas. Desta forma, garantiu-se a não distorção dos resultados.

Para a análise comparativa sincrónica foi necessário fazer uma desagregação da amostra em duas categorias: as comunidades com CDLs e as sem CDLs. A estratificação estabelecida assegura que as conclusões se prendem com a caracterização institucional e com o papel desempenhado pelas mesmas nas comunidades onde elas actuam.

3. MODELO ANALÍTICO SOBRE AS CDLS

Para a análise sincrónica do papel que as CDLS desempenham o Cruzeiro do Sul adoptou um modelo analítico baseado na caracterização descritiva das instituições. Esta tipologia foi dividida em três partes:

- (i) Caracterização institucional das CDLS
- (ii) Análise do impacto institucional das CDLS e
- (iii) Sustentabilidade das CDLS

No relatório de 2000 no capítulo 4 (Tecido Institucional) referiram-se três tipos de instituições: endógenas, transversais e exógenas. Pelas características e tipo de actividade que cada instituição exerce viu-se que as endógenas são aquelas que tradicionalmente se encontram nas comunidades – Régulos, *Piamwenes*, grupos de entreajuda; as transversais são aquelas que actuam sobre as comunidades mas cuja origem e dinamismo se encontra na interface destas com o mundo exterior – instituições religiosas, cooperativas, associações; as instituições exógenas são aquelas que se encontram fora das comunidades mas cuja acção se faz sentir no dia-a-dia do cidadão – Estado, Tribunal e ONG's internacionais.

No questionário utilizado para o presente relatório, 5 agentes destas três categorias institucionais foram mencionados: Autoridades Tradicionais, Autoridades Administrativas, Autoridades Religiosas, Tribunais Comunitários e outros.

No relatório de 2000 concluiu-se que a Autoridade Estatal (exógena) e a chefia comunitária (endógena) constituem as duas instituições que mais influenciam a vida dos cidadãos da zona rural. Importa nesta análise saber qual a característica institucional das CDLS, mas do ponto de vista do cidadão. Para o efeito estabeleceu-se a comparação das respostas das comunidades com CDLS com as que não têm. As respostas foram orientadas em função de várias áreas de actividades e possíveis situações de conflitualidade nas comunidades para caracterizar as CDLS enquanto instituições.

Perguntou-se aos inquiridos a quem recorre a família para:

- resolver problemas de infra-estruturas da comunidade;
- cursos de formação;
- limpeza da aldeia;
- problemas ligados à terra e recursos naturais;
- problemas ligados a associações;
- e problemas ligados à economia.

Estas categorias de intervenção foram baseadas num capítulo sobre o nível de integração das CDLS nas comunidades da região MAMM, estudo este chamado “Riqueza escondida”

feito no ano 2003 por dois investigadores que preparam o seu doutoramento². A monitoria das actividades das CDLs feita por uma técnica do Cruzeiro do Sul baseada em Angoche, também ajudou a identificar, seleccionar e categorizar as intervenções acima mencionadas.

Em termos de modelo analítico adoptado o passo seguinte foi de verificar onde as CDLs se inserem como instituições estabelecendo a comparação das respostas entre as aldeias com CDLs e as sem CDLs. Se as CDLs tendem a substituir as funções do Estado então as CDLs caracterizam-se como instituições exógenas, ou globais, noutras palavras as populações não estão a se apropriarem e por isso não têm sustentabilidade. Se as CDLs substituem as funções que noutras aldeias são das instituições transversais então as CDLs devem orientar-se para a interface da comunidade com o mundo exterior. Se as CDLs substituem as funções das instituições endógenas, então elas são apropriadas como instituições locais e são sustentáveis a longo prazo.

Para a análise do impacto institucional das CDLs, foi estudado também quão efectivas foram as intervenções levadas a cabo pelas CDLs *vis-à-vis* as aldeias onde elas não existem. A análise da eficácia foi feita a partir de três questões base: já recorreu? resultou? está a funcionar? A partir das respostas pode-se saber qual das instituições é mais eficaz na ausência das CDLs e com as CDLs.

² Lieve Lodewychx & Januário João Pereira, “*Riqueza Escondida*” Relatório sobre o conhecimento de algumas leis que têm importância para o povo na zona rural em 4 distritos (MAMM) na província de Nampula. Capítulo 2 ‘*As CDLs e a sua interacção com as autoridades locais.*’ Abril 2003

4. DESCRIÇÃO DOS DADOS COMPARADOS OBTIDOS

A síntese dos dados estatísticos referentes ao ano 2003 encontra-se nas tabelas que constam do Anexo 3. Para facilitar a leitura foram produzidas tabelas onde se incluem os dados referentes ao levantamento do ano 2000, para mais detalhes, recomenda-se a consulta do relatório então produzido.

O modelo analítico e normativo para o desenvolvimento criado pelo Cruzeiro do Sul com base na sua pesquisa desde o ano de 1997 assenta em quatro eixos entre os quais se estabelecem correlações e interações indispensáveis para que o processo de crescimento interaja com o de desenvolvimento. O eixo do Capital Humano (anteriormente apelidado por eixo dos Direitos Fundamentais) estabelece uma correlação positiva com o eixo do Crescimento Económico (anteriormente designado por eixo Taxa da Poupança), isto é sempre que um aumenta o outro também aumenta sendo a inversa, igualmente válida³. Os outros dois eixos são o do Capital Social⁴ (anteriormente referenciado como eixo do Tecido Institucional) e o da Governação (anteriormente conhecido por eixo dos Processos de Tomada de Decisão). A investigação até hoje desenvolvida demonstrou que se estabelece uma correlação positiva entre estes dois primeiros eixos no entanto por si só, não são suficientes para promover o desenvolvimento. Todavia são indispensáveis e, como tal, um desempenho menos eficiente do dois eixos atrás referidos poderão travar a velocidade da redução da pobreza.

Não deixa de ser digno de menção que o modelo desenvolvido pelo Cruzeiro do Sul foi aplicado à Agenda 2025 que recentemente foi adoptada como “visão comum do País” pela Assembleia da República. Na sede da UNDP este modelo foi considerado como sendo inovador, extremamente útil e abrangente.

4.1. DIREITOS FUNDAMENTAIS OU CAPITAL HUMANO

(i) Descrição da amostra

Do total da amostra de 2003, 38% das famílias inquiridas têm a percepção que as condições de vida são melhores do que no ano anterior. No inquérito feito em 2000 este número era de 31%. Portanto, a percepção do cidadão inquirido é de que houve uma ligeira melhoria nas condições de vida nos últimos 3 anos, embora não se possa

³ A correlação entre o capital humano e o crescimento económico baseia-se nas mais recentes teorias do desenvolvimento económico conhecidas por “teorias do crescimento endógeno”.

⁴ A designação anterior prendia-se com a elaboração teórica desenvolvida pela escola neo-institucionalista. Hoje, reconhecidas algumas das limitações deste enquadramento teórico, o Cruzeiro do Sul está elaborando sobre o Capital Social no seu todo, baseado nas concepções de Bourdieu, Coleman e Burt. O Cruzeiro do Sul está neste momento a operacionalizar a aplicação deste instrumento analítico através da aplicação de programas informáticos orientados para a análise das redes sociais.

estabelecer uma ligação directa entre a actuação do Programa MAMM e a melhoria das condições de vida.

Tal torna-se evidente quando ao desagregar o resultado em comunidades com CDLs e comunidades sem CDLs, se verificar que onde há CDL o nível de satisfação é maior (41%) do que onde não há (35%).

Quanto ao tamanho médio das famílias inquiridas têm-se uma média de 4,5 pessoas por família no total das famílias, registando-se um pequeno aumento do resultado obtido em 2000 (4,3) o que não é significativo face à amostra contemplada.

No que diz respeito aos grupos etários dos chefes de família nota-se em geral uma diminuição de chefes de família mais novos e um aumento de chefes de família com mais de 40 e 50 anos. Os chefes de família mulheres, na sua maioria têm mais de 40 anos. As mulheres tornam-se chefes de família mais tarde que os homens, possivelmente porque são viúvas ou mulheres abandonadas. Estes dados podem demonstrar que com a melhoria das condições de vida, incluindo da taxa de escolarização, se esteja a verificar uma tendência para a emigração dos jovens recém-casados para os centros urbanos. Tal fenómeno é visível não só noutras zonas da Província de Nampula mas também ao nível nacional. Em princípio, mantendo-se todas as condições iguais, a migração rural-urbana encontra um ponto de equilíbrio determinado pela acessibilidade à terra nas zonas rurais e a quantidade de postos de trabalho disponíveis nas zonas urbanas, todavia, há uma série de outros factores que podem actuar devendo-se, portanto, fazer um acompanhamento específico sobre o custo de oportunidade do tempo de trabalho entre os jovens e entre os mais idosos.

Em 2003 81% do total dos chefes de família inquiridos nasceram no local da entrevista, enquanto que em 2000 eram 84%, ou seja o número de “vientes” está a diminuir, o que é absolutamente natural devido à recessão económica que a micro-região está a sofrer. Com o aumento da emigração, em parte devido à recessão económica da micro-região, também as mulheres chefes de família tendem a procurar outras zonas onde possam ter mais oportunidades, o que se confirma pelo facto de que no ano de 2000 havia muito mais mulheres chefes de família nascidas no local da entrevista comparativamente aos homens, e que em 2003 as percentagens estão em equilíbrio.

(ii) Situação da educação

A taxa média de escolaridade das famílias para o total da amostra em 2000 foi de 1,3 na amostra de 2003 este indicador é de 1,6, o que vem a confirmar as estatísticas oficiais sobre o crescimento das taxas líquida e bruta de escolarização.

A taxa de escolarização (TDE) em 2003 é superior à de 2000 na amostra total. A taxa de escolarização masculina mantêm-se mais elevada que a feminina. Nas famílias chefiadas por mulheres a taxa de escolarização das crianças é inferior à registada nas famílias chefiadas por homens.

Com efeito a diferença entre a taxa de escolarização femininas (TDE F) e a taxa de escolarização masculina (TDE M) agravou-se em 6 pontos percentuais no período em análise, de uma diferença de 4 pontos para o total da amostra em 2000 (onde a TDE F foi de 46% e a TDE M de 50%) encontramos em 2003 uma diferença de 20 pontos percentuais (onde TDE F =46% e TDE M =66%). Este resultado é deveras preocupante, pois indica que o aumento da taxa de escolarização está privilegiando os rapazes criando-se assimetrias de género bastante acentuadas.

A que se deve este fenómeno? Tudo leva a crer que na micro-região se está perante a mesma situação que se vive noutras zonas do País e mesmo noutros países africanos, a saber o custo de oportunidade do tempo de trabalho doméstico da menina em relação ao do rapaz, havendo, acima de uma certa percentagem do fundo de tempo de trabalho disponível no lar, a tendência para os pais privilegiarem os rapazes no ensino formal em detrimento das meninas que são usadas para as lides domésticas. Isto significa que enquanto a família dispõe de tempo de trabalho suficiente para as lides domésticas os filhos de ambos os sexos são enviados para a escola, contudo, quando o tempo de trabalho disponível se torna escasso (no presente caso o *breakeven point* está em 50%), as meninas deixam de ir à escola para ajudar as mães e os rapazes continuam. Obviamente que a questão está em encontrarem-se métodos e períodos de educação formal que sejam compatíveis com as necessidades em trabalho das famílias rurais para as lides domésticas, como por exemplo, calendários e horários escolares diferenciados para antes e depois do *breakeven point*.

No que diz respeito à saúde materno-infantil, em 2000 os dados levantados não puderam ser trabalhados face a discrepâncias encontradas. Uma vez mais não nos satisfazem os resultados encontrados referentes à taxa de fertilidade geral e à de mortalidade infantil. Assim, sugere-se que sejam adoptados os indicadores produzidos pelo Ministério da Saúde para os diversos distritos que constituem a micro-região, em lugar de se terem em consideração os dados ora e então levantados. Para uma questão informativa, no Anexo 3 constam os resultados referentes aos dados recolhidos em 2000 e 2003, não devendo contudo ser tidos como alternativos aos oficiais.

(iii) Acesso à água

Entre 2000 e 2003 registou-se uma melhoria notória no abastecimento de água às populações que passaram a consumir mais água de fontes melhoradas e reduziram a utilização das fontes de água a céu aberto. Sem dúvida que as acções levadas a cabo pelo Programa, somadas às outras no âmbito do PARPA, em muito explicam a razão de ser desta melhoria.

Nas aldeias com CDL, as melhorias no abastecimento de água fizeram-se sentir principalmente nos fontanários públicos.

De acordo com este padrão, as famílias inquiridas consideram que houve melhoria na qualidade e quantidade de água consumida. Às perguntas que foram feitas (“a água que consomem para beber é de boa qualidade?”, e “a água que consomem é suficiente para as necessidades da família?”), as respostas dão conta de melhorias significativas na

qualidade e quantidade de água consumida pela população. Em 2000 cerca de 49% das famílias inquiridas referiram que a água consumida era de boa qualidade e este grau de satisfação aumentou para cerca de 67% em 2003; sobre a abundância da água, também 49% das famílias consideraram que a água é suficiente para as suas necessidades em 2000 e este indicador subiu para 73% em 2003.

A percepção sobre a quantidade e a qualidade da água nas aldeias com CDL são mais positivas que as médias gerais. Estas melhorias de abastecimento de água nas aldeias com CDLs são resultado de actividades realizadas pelo sector de infra-estruturas sociais do programa MAMM, onde a construção e manutenção de fontes melhoradas de água (fontanários e poços) são prioritárias.

(iv) Outros serviços

Continuam a ser as mulheres quem tem maior responsabilidade nos serviços domésticos e que mais tempo de trabalho consomem a apanhar lenha, no abastecimento de água e na farinagem dos cereais. É de referir que o número de mulheres que efectuavam estes serviços em 2000 aumentou em 2003, tendo-se verificado uma diminuição das crianças nestas ocupações. É possível que estes dados estejam relacionados com o aumento da taxa de escolarização das crianças em idade escolar, principalmente no que se refere aos rapazes. Todavia, estamos em crer que o que está em causa é a diminuição do tempo relativo para o abastecimento de água reduzindo assim o recurso ao trabalho infantil para as lides domésticas.

(v) Combustíveis mais usados

Não há grande diferença a assinalar no consumo de combustíveis para a confecção de alimentos entre 2000 e 2003. A lenha continua sendo o combustível mais usado para cozinhar em todos os distritos com e sem CDL com mais de 97% da amostra geral usando este combustível.

Ao manter-se esta tendência a quantidade de tempo de trabalho disponível na família em breve se irá ressentir. Se por um lado se libertou o tempo das crianças com a diminuição do tempo para a colecta da água, por outro lado, ao não se atacar o problema dos combustíveis domésticos em breve este tempo extra será consumido na colecta da lenha. De acordo com outros estudos feitos pelo Cruzeiro do Sul quando o combustível doméstico é colectado a mais de 48 km de distância, dá-se a passagem da utilização de lenha para o carvão. O carvão, não só consome uma maior percentagem do orçamento familiar, como também acelera o consumo de biomassa na região em causa.

Um pouco por toda a África a questão dos combustíveis domésticos tem sido abordada em três vertentes distintas mas complementares: (i) diminuição das distâncias relativas para a recolção; (ii) diminuição do consumo; (iii) substituição das fontes de combustível doméstico. Na primeira vertente contam-se, entre outros, utilização de transporte comum e construção de armazéns comunitários de combustíveis. Na segunda vertente há uma série de projectos relacionados com a construção de fogões melhorados e

disponibilização de fósforos e petróleo em quantidade para se evitar o fenómeno da “fogueira sempre acesa”. Na terceira vertente, conta-se o uso da energia solar, a introdução do gás doméstico, a produção de carvão de aparas e, nas zonas periurbanas, a distribuição de fogões eléctricos de baixo custo e baixo consumo. A nosso ver a questão dos combustíveis mais usados é uma prioridade que deveria ser abordada pelo programa MAMM.

(vi) Fonte de iluminação

Nota-se que em 2003 uma menor proporção de famílias utiliza como fonte principal de iluminação lamparinas a petróleo. Contudo, o número de pessoas que utilizam “outras” fontes de iluminação aumentou de 19.8% em 2000 para 25% em 2003. Sabendo que a categoria “outras” (fontes de energia) significa, na maior parte das vezes, que a família utiliza para iluminação o fogo com o qual cozinha ou mesmo capim colhido nas mediações da habitação ou na machamba, significa que houve uma redução significativa no uso do petróleo (querosene) ou dos óleos que servem de combustível às lamparinas. Muito provavelmente, esta mudança de comportamento está directamente relacionada com o aumento dos custos dos combustíveis industriais entre 2000 e 2003. Sendo assim, acresce a necessidade de se abordar a questão dos combustíveis domésticos com a maior urgência possível.

4.2 TAXA DE POUPANÇA OU CRESCIMENTO ECONÓMICO

(i) Terra

O número total das famílias sem terra (sem machamba) diminuiu de 4.4% em 2000 para 3.5% em 2003, contudo, o número médio de talhões cultivados por família também diminuiu, de 1.92 em 2000 para 1.88 em 2003. É de registar que estas percentagens se referem aos sem-terra ocasionais, ou seja, aos recém casados ou vientes, e não a uma situação de sem-terra em definitivo. Noutras palavras, tratam-se de situações conjunturais e não estruturais. Como o demonstra o Índice de Gini ou de Concentração de terras na Província de Nampula, que entre os anos 1989 e 2003 é de 0,434, o que representa uma concentração fraca a média, a falta de acesso à terra não constitui um problema a ter em consideração, muito embora a diminuição do número de talhões possa significar uma relativa tendência para o diminuição da oferta de terra no mercado informal ou não sujeito a registo⁵.

⁵ Há indícios, porém, de que em Moma começa a haver tendência para a concentração de terras por açambarcamento, sugere-se a monitoria permanente sobre a emissão de autorizações para o uso e aproveitamento da terra e sobre as taxas de aproveitamento das terras já concedidas pelo Estado. Para uma leitura mais aprofundada dos estudos do Cruzeiro do Sul –IID sobre a terra sugere-se a consulta da sua página na Internet www.iid.org.mz.

Em 2000, cerca de 74% das famílias tiveram acesso à terra de acordo com os direitos consuetudinários (acesso via herança ou via Autoridades Tradicionais). Em 2003 este número subiu para 83%. Mais interessante ainda é verificar-se que as percentagens de acesso via herança são ligeiramente mais elevadas entre as FCM (2000= 80.2%, 2003=68.3%) que entre as FCH (2000= 58.6%, 2003= 57%). Contudo, há uma diminuição dramática de acesso via herança nas famílias chefiadas por mulheres entre 2000 e 2003, devido ao facto de as autoridades tradicionais estarem a alterar o seu comportamento na adjudicação de terra às FCM. Será que tal mudança de comportamento é já um reflexo da sensibilização do Programa MAMM e outros sobre a igualdade nas relações de género?

O mercado de terras ocupa o segundo lugar de formas de acesso à terra com 14% das famílias comprando ou arrendando terras em 2000 como em 2003. O número de famílias cuja terra foi atribuída pelo Governo já era baixo em 2000 (5.9%) e diminuiu para 3% em 2003. No total da amostra de 2003 não houve casos de ocupação simples (foram de enquadramento institucional) empréstimos ou ofertas como formas de acesso à terra. Tal significa que as instituições locais e o mercado estão a reocupar o espaço que, desde o tempo colonial, estava sendo ocupado administrativamente pelo Estado. Perante uma situação de baixo Índice de Gini, de sem terra ocasionais e de acesso à terra via instituições locais e mercado “informal” ou não sujeito a registo, constata-se que a distribuição da terra tende a ser equitativa e a sua utilização de acordo com o trabalho disponível nas unidades produtivas. Isto é, a posse da terra na situação actual não constitui um entrave ao desenvolvimento e o seu usufruto tende a ser eficiente.

(ii) Trabalho

Na amostra rural de 2000, 96% das famílias praticavam agricultura, isto é tinham talhões de terra para a agricultura. Na amostra de 2003, 97% das famílias possuem machambas e dedicam-se à agricultura.

O número médio de machambas familiares manteve-se constante entre 2000 e 2003 (1.9 total). No entanto, entre as FCM o número médio de parcelas é 1.5, em média têm menos 21% da área relativa do que a média da amostra da região em estudo. Uma vez que o acesso à terra não constitui entrave às FCM, o que está em causa é o deficit de força de trabalho nestas unidades produtivas. De acordo com vários estudos realizados em África sempre que há um deficit num destes dois factores de produção, terra ou trabalho, é maior a propensão para estas unidades produtivas adoptarem inovações tecnológicas que conduzam ao aumento da produtividade. Sendo assim, eventuais programas orientados para a adopção de inovações que tenham efeitos imediatos na redução do tempo de trabalho a serem desenvolvidos na micro-região deverão ser orientados para as FCM.

Nos quatro distritos nota-se a preponderância da produção de mandioca, amendoim, milho e feijão (maioritariamente cafreal). É de referir que as culturas industriais, algodão, tabaco e girassol, são desenvolvidas por percentagens bastante pequenas na amostra, o que demonstra a recessão económica da micro-região acima mencionada.

Significativo é sem dúvida, o facto de o amendoim ter subido de 4.4% em 2000 para 61.8% em 2003 (percentagem de famílias que semearam amendoim na última campanha

agrícola) no distrito de Moma. Tal opção só pode ser resultado da subida do preço de compra do produto no mercado entre 2000 e 2003, o que demonstra a orientação para o mercado destas em lugar de uma visão fechada orientada para a auto-suficiência alimentar.

Comparativamente a 2000, há um menor número de famílias envolvidas em actividades não agrícolas de geração de renda (excluindo o emprego formal). Nas aldeias com CDL o recurso a tais actividades é mais frequente. Nas famílias chefiadas por mulheres o recurso a outras actividades de geração de renda é, no geral, bastante menor que entre as famílias com chefia masculina mas nas aldeias com CDL essa diferença está ligeiramente atenuada.

A actividade de comércio ambulante (Cam – 7.9% em 2003) é a que envolve um maior número de famílias procurando a geração de renda em actividades não agrícolas e fora de emprego formal, seguida de artesanato (Art – 5.5%), comércio formal (Com – 2.4%) e pesca (Pes 3.4%), outras diferentes actividades (Oac – 2.9%) e fabrico de bebidas (Beb - 2.8%). Nas aldeias com CDLs, a proporcionalidade destas actividades para a geração de renda nas famílias mantêm-se, embora se note que uma maior proporção de famílias tem actividades ligadas ao artesanato e à prática de medicina tradicional.

É de realçar que no ano 2000 a pesca era a fonte de rendimento com maior percentagem (13.%). Esta tendência alterou-se drasticamente em 2003 e somente 3.4% do total da amostra respondeu ter a pesca como fonte de rendimento.

A questão da diversificação das fontes de rendimento é primordial em matéria de crescimento económico. É através da diversificação que se chega à especialização do trabalho nas zonas rurais e com ela ao aumento do valor acrescentado aos produtos agrários. Seria importante verificar-se qual a razão desta diminuição e estabelecer-se um programa orientado para a reversão desta tendência.

Nota-se que em 2003 o número total tanto de cajueiros como de coqueiros por família aumentou em todos os distritos comparativamente a 2000. É também de mencionar que embora o número de árvores seja menor nas FCM, comparando com as FCH houve um aumento considerável de árvores de frutos nas famílias com chefia feminina. O aumento do número de árvores é um indicador da intenção do investimento da poupança familiar no sector agrário. É comum que entre os pobres rurais a poupança seja convertida ou em árvores ou em gado bovino, como forma de diminuir os riscos em relação à inflação e de fazer um maior aproveitamento da terra sob a sua posse ou de aumentar a área através da compra de árvores. Em momento de recessão económica não é de estranhar que a poupança seja convertida em árvores de furto em lugar de ser aplicada na aquisição de insumos ou de equipamento que permitam o aumento da produtividade, uma vez que o aumento do risco conduz a um investimento de raiz que não contraia riscos adicionais.

Em 2003 o número de famílias com gado bovino é tão baixo, que em termos de amostra a percentagem é de 1%, tal como em 2000. A criação de galinhas é a que ocupa a maior percentagem em todos os distritos seguida da de cabritos e patos.

As principais diferenças entre os distritos verificam-se nos cabritos, suínos e galinhas, em Mogovolas onde as percentagens de famílias que têm criação são maiores que a média na região MAMM. Este padrão manteve-se desde 2000. Ao manter-se esta tendência seria de se pensar na adopção de um programa orientado para o fomento da criação animal com vista ao futuro processamento dos produtos derivados. A experiência do Cruzeiro do Sul com o Projecto Iniciativa de Manica, demonstra que a criação animal constitui uma base efectiva para o lançamento das parcerias entre os sectores familiar e privado com as vantagens daí advenientes.

Embora o padrão de distribuição da criação de animais seja semelhante entre o total de famílias e as FCM, é de registar que as percentagens das últimas continuam inferior à média da amostra.

(iii) Capital

Quase todas as famílias inquiridas têm, pelo menos um instrumento de produção agrícola, a enxada (mais de 95% das famílias inquiridas) e um instrumento de produção doméstica, a peneira (90% das famílias). Tal facto é demonstrativo da grande dependência da agricultura para a alimentação familiar e da não especialização do trabalho. Não se registaram diferenças significativas entre os distritos.

Quanto ao número médio de instrumentos de trabalho por família as enxadas surgem em primeiro lugar com o valor médio de 2.2 por família em 2003, número este semelhante ao de 2000, seguido de peneiras, 1.6 e de pilões com 1. Este padrão mantém-se idêntico ao de 2000. No geral, as FCH possuem um número superior de instrumentos de trabalho que as FCM.

Os dados demonstram que a percentagem de famílias que comercializam produtos agrícolas continua baixa como em 2000. É de realçar que os únicos produtos cuja comercialização aumentou de 2000 para 2003 foram o milho (de 14% à 23%), o amendoim (de 35% à 41%) e outras culturas (de 14% à 29%). A comercialização dos produtos industriais baixou, algodão de 77% em 2000 para 43% em 2003, girassol de 54% para 20%.

Pelos dados recolhidos pode-se concluir que a comercialização da produção agrícola continua tendo um carácter marginal, embora indispensável, nos rendimentos familiares. A queda na comercialização do algodão está directamente associada à depreciação do preço de compra ao produtor que se vem agravando nos últimos dez anos. Tal como aconteceu com o amendoim, em que a subida do preço levou ao aumento imediato da produção é possível que a percentagem de algodão suba caso a tendência positiva de 2003 se mantenha nos próximos três anos. Quanto ao girassol, o aumento da procura derivado das novas instalações fabris para a produção de óleo vegetal irá ter efeitos positivos nas próximas campanhas. O apoio que um programa da natureza do MAMM pode dar neste domínio deve ser orientado para as culturas cuja procura pelo mercado esteja assegurada, quer pela facilidade de acesso aos mercados quer pela garantia que o agro-processamento oferece. Desde a melhoria da qualidade, passando pela questão da

produtividade e cuidados no pós-colheita até à diminuição dos custos de transporte e de transacção são acções que, embora paulatinamente, têm efeitos a longo prazo.

Na amostragem da região, em média, 5% do total de famílias têm membros com emprego fixo em 2003. Esta percentagem baixou dois pontos comparativamente a 2000. Angoche permanece sendo o distrito com maior número de famílias com assalariados.

Nas comunidades onde existem CDLs existe um maior número de famílias com membros assalariados comparando com as que não têm CDL.

As percentagens das FCM são sempre menores excepto para Angoche onde estão 3 pontos percentuais acima do total das famílias.

O número médio de assalariados por família também baixou de 0.08 em 2000 para 0.05 em 2003. Este número permanece acima da média nas comunidades com CDLs.

Enquanto a recessão estiver instalada na micro-região a problemática do trabalho terá de ser orientada para o auto-emprego e, em particular, para a progressiva especialização do trabalho. Qualquer actividade que crie nem que seja um posto de trabalho de ganho-ganho deve ser estimulada, pois é a elas que os mais pobres entre os pobres recorrem para aumentarem as suas fontes de rendimento em numerário.

Em 2003, 12% das famílias inquiridas afirmaram receber remessas. Este valor subiu 3 pontos percentuais desde 2000. As percentagens de FCM's que recebem remessas permanecem mais elevadas que as da média. Ainda sobre as FCM's, a percentagem destas que recebem remessas subiu de 10% em 2000 para 30% em 2003.

As comunidades com CDLs têm mais famílias que recebem remessas do que as comunidades sem CDLs.

A análise por distrito mostra os do litoral (Moma e Angoche) como sendo os que têm maior número de famílias que recebem remessas.

As remessas tanto podem ser em dinheiro ou bens, como em ambos. Em 2003 ao nível da região as remessas em dinheiro e bens abrangem um maior número de famílias (53%). Esta tendência já é muito diferente de 2000, onde a maior percentagem das famílias recebia remessas em bens.

O aumento das remessas explica-se com o aumento dos movimentos migratórios para fora da região e a procura de outras fontes de rendimento pelos mais jovens, conforme foi mencionado no Capítulo 1. O facto dos jovens estarem a enviar remessas e em numerário por um lado, e o facto de ter aumentado o investimento na compra e plantio de árvores de fruto por outro lado, constitui um sinal positivo em relação às intenções económicas das famílias rurais, uma vez que em lugar de optarem pela emigração definitiva para os centros urbanos (como acontece no Sul do País) preferem investir na sua terra natal. A captação da poupança dos emigrantes constitui uma pedra chave para o desenvolvimento do mercado financeiro. Eventuais sistemas de micro-crédito existentes na região deveriam ter em consideração a regularidade das remessas como forma de colateral para

os créditos pedidos, esta é uma prática comum em Cabo Verde, por exemplo, onde os riscos do crédito informal são cobertos pela garantia de captação das remessas pelo sistema financeiro formal.

Curioso é o facto de as FCM não receberem remessas em dinheiro tanto em 2000 como em 2003. Tal se explica pelo facto dos filhos masculinos (os que emigram) não sentirem obrigações para com a mãe uma vez que não são transmissores da sua designação clânica.

As remessas em dinheiro foram agrupadas em categorias por montante, (menos de 50.000, 50.000 – 100.000, 100.000 – 500.000 e mais). Pelos dados recolhidos nota-se uma diminuição no montante de dinheiro como remessa em 2003 comparando com 2000, todavia é de ressaltar o facto de ter aumentado número de famílias que recebem remessas em numerário, como acima foi mencionado.

As remessas em bens foram agrupadas em alimentos, vestuários, ambos e outros tipos de bens. Nota-se que as famílias que recebem alimentos diminuíram de 28% em 2000 à 13% em 2003; contudo o número de famílias recebendo vestuário como remessas aumentou de 47% em 2000 para 63% em 2003.

O padrão de periodicidade das remessas não alterou entre 2000 à 2003, onde a maioria das famílias inquiridas respondeu receber remessas irregularmente. O número de famílias recebendo remessas mensalmente diminuiu de 21% em 2000 para 12% em 2003.

Nas FCM a única alteração significativa entre os anos de 2000 e 2003 foi o aumento de famílias recebendo remessas anualmente (de 9% para 26%).

A alteração no padrão de periodicidade das remessas, de mensal para anual, demonstra tão-somente a estabilidade do metical nos últimos tempos. Em 2000 a inflação subiu em flecha devido às cheias no centro e Sul e à grande instabilidade política e social que se viveu nesse ano, conseqüentemente a periodicidade do envio de remessas era maior que em 2003, ano em que a inflação esteve sob controlo e reinava maior estabilidade política e social.

Na amostragem da região, em média a agricultura contribui para 56% do rendimento bruto familiar, 10 pontos percentuais abaixo do resultado da amostra rural do levantamento de 2000. Além desta diferença verificaram-se outras mudanças nas contribuições das diferentes fontes de rendimento familiar. O cajú que em 2000 contribui em 3% do rendimento subiu na sua importância para 11%, a criação de animais também subiu de 6% para 11% enquanto que as outras fontes de renda não agrícolas baixaram de 16% para 10% em 2003. É de registar que o que está em causa não é a redução da produção de alimentos, pondo em causa a segurança alimentar, mas sim o aumento das outras fontes de rendimento no sector agrário, como seja o caso do caju e da criação de animais, o que de todo em todo é positivo.

Ao decompor-se estes dados pelo género do chefe de família constata-se que o peso relativo da agricultura nas FCM's é mais elevado do que nas FCH's (78% e 64.5% em 2000 e 71% e 55% em 2003 respectivamente), o que demonstra a maior dificuldade das

mulheres chefes de família em recorrerem à diversificação da produção mesmo dentro do sector agrário.

Foi feita uma estratificação dos grupos de rendimento per capita dia em três grupos:

- (i) os com rendimentos per capita até à média geral da amostra
- (ii) entre a média e US\$ 0.5 (definição da linha de pobreza absoluta em Moçambique)
- (iii) acima da linha de pobreza absoluta (i.e. mais de US\$ 0.5)

Calculou-se o valor médio da renda per capita diária em 2003 em US\$ 0.21, valor este ligeiramente abaixo do que foi encontrado em 2000, nas áreas rurais da amostra feita nesse ano, que foi recalculado em US\$ 0.22. Verificou-se que o grupo de renda mais baixa (até US\$ 0.21) apresenta uma renda per capita média de US\$ 0.12 e representa cerca de 61% da população, contra uma renda média de US\$ 0.14 em 2000, com cerca de 57% da população e que o grupo de renda mais elevado (acima de US\$ 0.50) apresenta uma renda per capita média de US\$ 0.81 e representa 9% da população, contra uma renda média de US\$ 0.77 representando 7% da população.

Isto significa, em primeira análise, que o fosso entre os mais pobres e os mais ricos (menos pobres) se está a agravar, pois se encontrou um maior número de pessoas vivendo com menos dinheiro (grupo até à média do rendimento per capita) e com uma média de rendimento menor que em 2000 e que o grupo acima de uma renda per capita diária acima dos US\$ 0.5 também aumentou (de 7% para 9%) e registou um rendimento médio maior que no ano anterior (2000). Ver gráficos no anexo 3, páginas 20 e 21.

Esta observação foi confirmada através da determinação do coeficiente de Gini para as duas amostras. Como se pode ver pela tabela que se segue verificou-se um ligeiro aumento na desigualdade da distribuição de renda entre 2000 e 2003, (particularmente no distrito de Angoche). No cômputo geral, embora haja uma ligeira tendência para o aumento da concentração da riqueza (poucos terem muito e muitos terem pouco) está ainda longe de ser motivo de preocupação embora se deva continuar a monitorar a sua evolução de forma a se poderem corrigir eventuais distorções estruturais que venham a provocar futuras situações de pobreza.

	2000	2003	2003 CDL
ANGOICHE	G= 0.30	G= 0.46	G= 0.48
MOMA	G= 0.22	G= 0.33	G= 0.30
MOGOVOLAS	G= 0.21	G= 0.30	G= 0.30
MOGINCUAL	G= 0.31	G= 0.30	G= 0.29
TOTAL	G= 0.32	G= 0.36	G= 0.36

4.3 PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO OU GOVERNAÇÃO⁶

O Cruzeiro do Sul na sua análise sobre os processos de tomada de decisão tem privilegiado as relações do género ao nível da família nuclear. Parte-se do princípio que essa é a célula base da sociedade e, como tal, urge monitorar e explicar os comportamentos para que se possam desenvolver acções tendentes à eventual alteração dos comportamentos individuais ao nível familiar.

Da análise sobre os chefes de família verifica-se que há muitas mais FCH (89%) em relação a FCM (11%). As grandes concentrações de FCH's encontram-se nos distritos de Moma e Mogovolas (ambos 92%) enquanto que as FCM estão concentradas no distrito de Mongicual (16%). Esta percentagem é superior à do ano de 2000 onde na amostra rural as FCM's estavam também maioritariamente em Mongicual mas com apenas 12%.

(i) Género e propriedade

Foram considerados dois aspectos nesta análise: a propriedade das machambas alimentares (milho, arroz e mandioca) e a propriedade da machamba para culturas comerciais (algodão e girassol). No levantamento de 2000 conclui-se que a maioria das machambas alimentares e culturas comerciais pertencem ao homem, embora se registre uma pequena percentagem de mulheres que se afirmam com a posse das machambas. Esta tendência mantém-se em 2003 embora haja pequenas alterações nas percentagens. O número de machambas de culturas comerciais pertencentes a homens aumentou de 68% em 2000 para 83% em 2003 e consequentemente existem menos mulheres donas destas machambas (de 14% em 2000 para 4% em 2003). Nas comunidades com CDL não existem mulheres com machambas de produtos comerciais.

Também no caso das árvores de fruto relacionadas com culturas industriais, cajueiro e coqueiro, a maioria das árvores pertencem ao homem, embora haja percentagens consideráveis de mulheres que são proprietárias e um número razoável de famílias que declaram ser propriedade de ambos o homem e a mulher. No geral os resultados de 2003 não diferem substancialmente dos encontrados em 2000.

A questão da posse das machambas é crucial na determinação das relações de produção que se estabelecem ao nível da família. Os pontos positivos a assinalar são: (i) o facto de entre 10% a 15% das famílias declararem que a posse das machambas é de ambos; (ii) e igual percentagem para o caso da posse dos cajueiros e dos coqueiros. A existência de posse do casal demonstra uma forte mudança nos direitos consuetudinários de propriedade onde, no passado, as culturas alimentares pertenciam à mulher e sua família (em particular à mãe) e herdadas pela via uterina e as culturas comerciais e árvores de

⁶ Na revisão do modelo analítico do Cruzeiro do Sul, acima mencionada, o tema transversal das relações de género é analisado no eixo do Capital Social e não do da Governação. Neste relatório, porém, preferimos manter a estrutura antiga de forma a que mais facilmente se possam comparar os relatórios de 2000 e de 2003.

fruto ao marido herdados pelo filho primogénito. Já por várias vezes o Cruzeiro do Sul detectou esta tendência para a mudança dos direitos costumeiros de propriedade em direcção a uma mais equilibrada relação de género na família rural. Por essa razão um dos membros do Cruzeiro do Sul aprofundou a sua tese de doutoramento ao estudo desta mudança, às razões associadas à mesma e aos impactos que ela possa ter sobre as relações de género na micro-região. Espera-se que o estudo esteja terminado em finais de 2004.

(ii) Posse de instrumentos de trabalho

Em relação aos instrumentos de trabalho verifica-se que, como em 2000, dum modo geral, na maioria das famílias os instrumentos de produção (enxada, catana e machado) são propriedade do homem e os de confecção de alimentos (pilão, peneira) são propriedade da mulher.

Pode observa-se que nas comunidade com CDL, de um modo geral as mulheres tendem a ter uma maior percentagem de instrumentos de trabalho do que nas comunidades sem CDL.

(iii) Posse de animais

No que respeita aos animais os homens tendem a ser os maiores proprietários dos animais e detêm o monopólio da propriedade dos de maior porte – bois e vacas, porcos e cabritos. Não se verificam grandes mudanças neste aspecto entre 2000 e 2003 embora nas comunidades com CDL haja maior número de mulheres proprietárias de cabritos, porcos e também dos animais de pequeno porte. Sem dúvida que o programa do fomento de cabritos levado a cabo pela SNV é responsável por esta alteração dos padrões de posse na região.

(iv) Género e rendimento

No levantamento de 2000 verificou-se que os homens tinham como principais fontes de rendimento a construção, pesca e trabalho temporário, sendo 100% destas actividades realizadas pelos homens. Em 2003 este padrão manteve-se e a produção de carvão e lenha também se tornou uma actividade totalmente masculina embora em 2000 50% da produção fosse feminina. No que diz respeito às actividades de rendimento das mulheres houve um aumento de mulheres na pesca (de 0% em 2000 para 7% em 2003) e nas outras actividades de rendimento (de 6% em 2000 para 17% em 2003).

Qual a razão porque as mulheres deixam a produção de carvão é algo que deve ser investigado. Será que há um neo-monopólio? Será que o rendimento obtido aumentou substancialmente e daí os homens começaram a proibir as mulheres de o realizar? Ou será tão simplesmente, o que é mais provável, que as distâncias para os locais de produção de carvão e colecta de lenha aumentaram de tal forma que as mulheres não conseguem conciliar os seus afazeres domésticos com a produção do carvão e a colecta

de lenha? Um outro fenómeno interessante é a entrada das mulheres no domínio da pesca. De facto as mulheres sempre fizeram pesca no mangal, usando redes mosquiteiras para apanha de pequeno peixe e de camarão, o que é novo é o facto de o declararem. A pesca feminina era tolerada pelo homem desde que fosse para “fazer o caril”, mas agora, ao contrário de 2000, ela constitui uma fonte de rendimento alternativa feita por mulheres para 7% das famílias inquiridas.

De um modo geral, nas comunidades onde existem CDLs as mulheres estão mais activas nas várias actividades de rendimento do que nas comunidades onde não existem CDLs, principalmente na área de fabrico e venda de bebidas alcoólicas.

(v) Divisão de trabalho na família

Ao perguntar-se quem trabalha mais intensivamente na machamba verificou-se que no caso das culturas alimentares (milho, arroz e mandioca) é a mulher quem mais trabalha, nas culturas industriais a relação inverte-se, sendo o homem o que mais intensivamente trabalha. Esta tendência verificou-se no levantamento de 2000 e mantêm-se em 2003.

Acima foi mencionado que a facilitação no acesso à água libertou tempo de trabalho infantil e que o aumento da distância relativa para o acesso à lenha tenderia a ocupar o tempo disponibilizado até se atingir o *breakeven point*. Os dados recolhidos, quando comparados com os do ano 2000, são clara indicação do acima exposto, enquanto que para a colecta de água se regista uma diminuição na utilização de crianças, na colecta de lenha o trabalho infantil e a participação do marido aumentam. Com o tempo esta situação tenderá a agravar-se e o custo de oportunidade de aproveitamento do trabalho do marido acabará por determinar uma maior utilização do trabalho das crianças começando pelas meninas, seguido dos adolescentes. Uma vez mais se chama a atenção para a necessidade urgente de se estudar a questão dos combustíveis domésticos.

4.4. TECIDO INSTITUCIONAL OU CAPITAL SOCIAL⁷

(i) Frequência de interpelação pelo Estado

No levantamento feito em 2000 dos quatro distritos em análise, foi no distrito de Angoche onde se verificou uma maior interpelação pelo Estado, com 39% das famílias interpeladas. Curioso ainda, o facto de terem sido as FCM's as que mais interpelação pelo Estado tiveram (43%). Os dados de 2003 indicam uma intervenção mais equilibrada do Estado onde os 4 distritos apresentam percentagens semelhantes de famílias interpeladas pelo Estado.

⁷ Na revisão do modelo analítico do Cruzeiro do Sul, acima mencionada, as questões relacionadas com a descentralização e participação do cidadão através das suas instituições são analisadas no eixo da Governação e não no eixo do Capital Social. Neste relatório, porém, preferimos manter a estrutura antiga para que mais facilmente se possam comparar os relatórios de 2000 e de 2003.

(ii) Razões da interpelação

Em 2000 constatou-se que a interpelação pelo Estado relacionou-se com conflitos sociais (23%), comícios políticos (20%) e visitas (13%). Em 2003, as razões principais de interpelação alteraram-se onde 30% foi para trabalho comunitário e 19% para conflitos sociais.

A interpelação pelo estado para trabalho comunitário foi ainda maior nas comunidades com CDLs onde 39% das famílias foram interpeladas para esse fim.

A razão da mudança das percentagens está relacionada com o facto de 2000 ter sido um ano de forte instabilidade na região. Muito possivelmente no ano 2004 novamente haverá uma série de comícios e de reuniões relacionadas com as eleições gerais e presidenciais. O que importa reter, porém, é que o Estado continua interpelando o cidadão em função das suas agendas e planos de trabalho.

O trabalho comunitário a mando do Estado continua sendo um ponto de debate no Continente Africano em matéria de direitos humanos e de cidadania. A questão que se levanta é da legitimidade do Estado para nas zonas rurais recrutar trabalho não pago enquanto que nas zonas urbanas o mesmo tipo de actividades é realizado com meios do Estado ou por empresas contratadas para o efeito. Argumenta-se que o Estado o faz em benefício do cidadão rural, como sejam a limpeza, a reabilitação de um pontão ou a manutenção de uma picada e, como tal, o cidadão deve participar porque será um dos beneficiários e porque, ao fazê-lo, se apropriará da acção e terá maiores cuidados na utilização futura. Do outro lado argumenta-se que o cidadão já participa ao pagar impostos, competindo ao Estado pagar pelo trabalho que recruta seja qual for a finalidade, estabelecendo-se uma diferença entre trabalho comunitário recrutado pelo Estado (que tem características compulsórias) e trabalho comunitário de iniciativa local (que tem características voluntárias).

O debate mantém-se em aberto e seria interessante alargá-lo às CDLs onde 39% das famílias foram chamadas pelo Estado para fazer trabalho comunitário.

(iii) Associativismo

Na zona em análise existe forte tendência para as pessoas se associarem. Em 2000 verificou-se que 77% das famílias inquiridas pertenciam a uma associação. No levantamento de 2003, a percentagem de pessoas pertencentes a associações elevou-se 3 pontos, passando para 80%.

Nas FCMs a tendência/propensão para o associativismo mantém-se ligeiramente menor do que a média do total das famílias. Em 2000, 73% das mulheres chefes de família pertenciam à uma associação e essa percentagem subiu somente um ponto em 2003.

Curioso o facto de nas aldeias com CDL a percentagem de famílias pertencentes a associações ser menor que no total da amostra. 78% das famílias em aldeias com CDL afirmaram pertencer à uma associação contra 80% no conjunto.

(iv) Tipo de Associação

Importa também saber qual o tipo de associação a que pertencem. Em 2000 verificou-se que nos distritos de⁸ Mogovolas e Mogincual as associações religiosas representavam a maioria, com 74% do total das famílias associadas; seguidas das políticas com 22% enquanto que as de carácter económico, entreaajuda e de produtores somente ocupavam 4% do total da amostra.

No levantamento de 2003 verifica-se que as associações de carácter religioso continuam sendo as que contam com mais membros (76% das famílias inquiridas pertencem a associações religiosas). Porém a percentagem de famílias pertencentes a associações políticas baixou para 9%. As associações culturais/desportivas subiram de importância desde 2000 com 8% das famílias pertencentes a estas, e as de carácter económico - produtores, entreaajuda e outras aumentaram para 7% do total da amostra.

Nas aldeias onde existem CDLs o padrão diferencia-se daquele onde não existem CDLs. As associações religiosas mantêm-se como as que têm maior percentagem de membros (44%). Onde existem CDLs há uma maior participação política com 26% dos associados pertencerem a associações políticas. Outra grande diferença verifica-se na percentagem de pessoas em associações culturais/desportivas (27%), indicador este muito maior do que onde não existem CDLs. As associações de produtores, entreaajuda e outras somente representam 3% do total da amostra.

O que se conclui daqui? Em primeiro lugar que a pertença a partidos políticos diminuiu no cômputo geral mas aumentou nas aldeias com CDLs. Isto significa que os CDLs contribuem para o aumento da consciência política do cidadão mas os partidos políticos se afastam dos seus eleitores durante o exercício dos seus mandatos na Assembleia da República, ou seja, terão de encontrar mecanismos que levem a uma maior ligação entre os constituintes e os membros do parlamento para que a democracia representativa seja efectiva. Em segundo lugar que os CDLs não actuam na área económica o que constitui uma falha a que mais abaixo nos referimos. Em terceiro lugar é o papel que os CDLs exercem no desenvolvimento de associações de carácter endógeno, como sejam as associações culturais e desportivas que tanto contribui para o reforço do tecido institucional.

(v) Importância relativa do Estado, das chefias tradicionais e “outras” instituições na resolução de conflitos

⁸ A pergunta “A que tipo de associação pertence? não foi feita nos distritos de Angoche e Moma mas calcula-se que a tendência será a mesma que nos outros 2 Distritos.

Na identificação da importância relativa das instituições em presença na região importa analisar quais as instituições a que os cidadãos recorrem em primeira instância para resolverem conflitos (conflitos de terra e conflitos sociais).

No levantamento de 2000 concluiu-se que as chefias comunitárias tinham a preferência dos cidadãos como mediadores dos conflitos, quer nos relacionados com problemas de terras, quer os sociais. Para o total da amostra de 2000, 57% dos inquiridos responderam recorrer às Autoridades Tradicionais para resolver conflitos de terra e 54% para conflitos sociais.

Fez-se a desagregação por distrito e concluiu-se que Mogovolas e Mongicual, os distritos mais rurais, apresentavam uma preferência às Autoridades Tradicionais mais nítida que nos outros dois distritos.

No levantamento corrente nota-se que a preferência para as Autoridades Tradicionais na resolução de conflitos se manteve em todos os distritos, excepto Angoche, onde as famílias recorrem mais às Autoridades Administrativas. Mogovolas e Mongicual continuam, no geral, dando maior preferência às Autoridades Tradicionais.

Não existe grande diferença entre as comunidades com CDL e as sem CDL. A importância relativa de “outras” instituições é zero, não houve ninguém que respondeu ir a “outras” instituições para resolver conflitos tantos de terra como sociais. Entendendo-se por outras as confissões religiosas, as Organizações Não-Governamentais e eventuais poderes paralelos como empresários proeminentes ou latifundiários.

A manutenção das autoridades tradicionais como a principal instância de recurso demonstra a consistência da textura institucional local através da aplicação dos direitos costumeiros. Um outro estudo realizado pelo Cruzeiro do Sul em conjunto com o Centro de Formação Jurídica e Judicial, abrangendo, igualmente, a micro-região MAMM, mostra precisamente o mesmo⁹. O facto de Angoche haver maior preferência pelas autoridades administrativas está relacionado com o grau de urbanização e de presença do chamado “Estado Moderno” nesse distrito.

É de ressaltar que não surgiram nem se identificaram nenhum tipo de problemas relacionados com a aplicação do Decreto 15/2000 e o reconhecimento pelo Estado das chamadas Autoridades Comunitárias. Todavia, a aplicação desse Decreto, em conjunto com a Lei dos Órgãos Locais num futuro próximo, poderá constituir motivo para alguma instabilidade institucional, devendo o programa preparar as CDLs para a encarar. No cômputo geral, porém, pode-se afirmar que o tecido institucional se apresenta com uma textura que não levanta preocupações, todavia a relação entre as instituições locais e o Estado poderão ser melhoradas.

⁹ Para maior informação consultar através da Internet a página do Cruzeiro do Sul – www.iid.org.mz onde poderá ter acesso ao relatório em formato pdf no seguinte endereço http://www.iid.org.mz/html/b_relatorios.html

4.5 SÍNTESE DAS CONSTATAÇÕES E DAS RECOMENDAÇÕES

(i) Constatações

- Maior número de pessoas têm a percepção que as condições de vida são melhores que no ano anterior.
- A taxa de escolarização aumentou, contudo, a diferença entre a taxa de escolarização femininas e a taxa de escolarização masculina agravou-se.
- Uma melhoria notória no abastecimento de água às populações, tanto em quantidade como em qualidade. As percepções sobre a quantidade e qualidade da água nas aldeias com CDL são mais positivas.
- Diminuição no número de crianças a apanhar lenha, “cartar” água e farinar os cereais.
- Uma menor proporção de famílias utiliza como fonte principal de iluminação lamparinas a petróleo. Contudo, o número de pessoas que utilizam “outras” fontes de iluminação aumentou.
- O número total das famílias sem terra (sem machamba) diminuiu. Contudo, o número médio de talhões cultivados por família também diminuiu.
- Mais famílias tiveram acesso à terra de acordo com os direitos consuetudinários (acesso via herança ou via Autoridades Tradicionais).
- Comparativamente a 2000, há um menor número de famílias envolvidas em actividades não agrícolas de geração de renda (excluindo o emprego formal). Nas aldeias com CDL o recurso a tais actividades é mais frequente.
- No ano 2000 a pesca era a fonte de rendimento com maior percentagem; esta tendência alterou-se drasticamente em 2003 onde uma pequena percentagem do total da amostra respondeu ter a pesca como fonte de rendimento.
- O número total tanto de cajueiros como de coqueiros por família aumentou em todos os distritos.
- A percentagem de famílias que comercializam produtos agrícolas continua baixa. Os produtos cuja comercialização aumentou foram o milho, o amendoim e outras culturas. A comercialização dos produtos industriais baixou. A comercialização da produção agrícola continua tendo um carácter marginal nos rendimentos familiares.
- Nas comunidades onde existem CDLs existe um maior número de famílias com membros assalariados comparando com as que não têm CDL.
- A contribuição da agricultura para o rendimento bruto baixou; Além desta diferença verificaram-se outras mudanças nas contribuições das diferentes fontes de rendimento familiar. O cajú subiu na sua importância, a criação de animais também subiu enquanto que as outras fontes de renda não agrícolas baixaram.

- O fosso entre os mais pobres e os mais ricos (menos pobres) se está a agravar, pois se encontrou um maior número de pessoas vivendo com menos dinheiro e com uma média de rendimento menor que em 2000 e que o grupo acima de uma renda percapita diária acima dos US\$ 0.5 também aumentou e registou um rendimento médio maior que no ano anterior (2000).
- O número de machambas de culturas comerciais pertencentes à homens aumentou e conseqüentemente existem menos mulheres donas destas machambas.
- Nas comunidade com CDL, de um modo geral as mulheres tendem a têm uma maior percentagem de instrumentos de trabalho do que nas comunidades sem CDL.
- Nas comunidades com CDL há maior número de mulheres proprietárias de cabritos, porcos e também dos animais de pequeno porte.
- Nas comunidades onde existem CDLs as mulheres estão mais activas nas várias actividades de rendimento do que nas comunidades onde não existem CDLs.
- Em 2000 dos quatro distritos em análise, foi no distrito de Angoche onde se verificou uma maior interpelação pelo Estado em 2003 a intervenção do Estado foi mais equilibrada onde os 4 distritos apresentam percentagens semelhantes de famílias interpeladas pelo Estado.
- Em 2000 constatou-se que a interpelação pelo Estado relacionou-se com conflitos sociais em primeiro lugar, comícios políticos e visitas. Em 2003, as razões principais de interpelação alteraram-se onde na maioria dos casos foi para trabalho comunitário seguido de conflitos sociais. A interpelação do estado para trabalho comunitário foi ainda maior nas comunidades com CDLs.
- Na zona em análise continua existindo forte tendência para as pessoas se associarem.
- As associações de carácter religioso continuam sendo as com mais membros. Porém a percentagem de famílias pertencentes a associações políticas baixou.
- Nas aldeias onde existem CDLs as associações religiosas mantêm-se como as com maior percentagem de membros, todavia há uma maior participação política comparativamente às aldeias que não têm CDLs.
- A preferência para as Autoridades Tradicionais na resolução de conflitos manteve-se em todos os distritos, excepto Angoche, onde as famílias recorrem mais às Autoridades Administrativas. Mogovolas e Mongicual continuam, no geral, dando maior preferência às Autoridades Tradicionais. Não existe grande diferença entre as comunidades com CDL e as sem CDL.

(ii) Recomendações

- Visto que as meninas têm um custo de oportunidade do tempo de trabalho doméstico maior em relação ao do rapaz importa encontrar métodos e períodos de educação formal que sejam compatíveis com as necessidades em trabalho das famílias rurais para as lides domésticas, como por exemplo, calendários e horários escolares diferenciados para antes e depois do *breakeven point*.

- . A lenha continua sendo o combustível mais usado para cozinhar em todos os distritos com e sem CDL com mais de 97% da amostra geral usando este combustível resultando na diminuição de quantidade de tempo de trabalho disponível na família. Existem três abordagens alternativas distintas mas complementares para esta questão: (i) diminuição das distâncias relativas para a recollecção; (ii) diminuição do consumo; (iii) substituição das fontes de combustível doméstico. Na primeira vertente contam-se, entre outros, utilização de transporte comum e construção de armazéns comunitários de combustíveis. Na segunda vertente há uma série de projectos relacionados com a construção de fogões melhorados e disponibilização de fósforos e petróleo em quantidade para se evitar o fenómeno da “fogueira sempre acesa”. Na terceira vertente, conta-se o uso da energia solar, a introdução do gás doméstico, a produção de carvão de aparas e, nas zonas periurbanas, a distribuição de fogões eléctricos de baixo custo e baixo consumo. A nosso ver a questão dos combustíveis mais usados é uma prioridade que deveria ser abordada pelo programa MAMM.
- . As FCM têm em média menos 21% da área relativa (de machambas) do que a média da amostra da região em estudo. Sendo assim, eventuais programas orientados para a adopção de inovações que tenham efeitos imediatos na redução do tempo de trabalho a serem desenvolvidos na micro-região deverão ser orientados para as FCM.
- . A diversificação das fontes de rendimento na região diminuiu. Seria importante verificar-se qual a razão desta diminuição e estabelecer-se um programa orientado para a reversão desta tendência.
- . A criação de animais domésticos é bastante baixa na região. Seria de se pensar na adopção de um programa orientado para o fomento da criação animal com vista ao futuro processamento dos produtos derivados. A experiência do Cruzeiro do Sul com o Projecto Iniciativa de Manica, demonstra que a criação animal constitui uma base efectiva para o lançamento das parcerias entre os sectores familiar e privado com as vantagens daí resultantes.
- . A comercialização da produção agrícola continua tendo um carácter marginal, O apoio que um programa da natureza do MAMM pode dar neste domínio deve ser orientado para as culturas cuja procura pelo mercado esteja assegurada, quer pela facilidade de acesso aos mercados quer pela garantia que o agro-processamento oferece. Desde a melhoria da qualidade, passando pela questão da produtividade e cuidados no pós-colheita até à diminuição dos custos de transporte e de transacção são acções que, embora paulatinamente, têm efeitos a longo prazo.
- . Eventuais sistemas de micro-crédito existentes na região deveriam ter em consideração a regularidade das remessas como forma de colateral para os créditos pedidos, esta é uma prática comum em Cabo Verde, por exemplo, onde os riscos do crédito informal são cobertos pela garantia de captação das remessas pelo sistema financeiro formal.
- . Não surgiram nem se identificaram nenhum tipo de problemas relacionados com a aplicação do Decreto 15/2000 e o reconhecimento pelo Estado das chamadas

Autoridades Comunitárias. Todavia, a aplicação desse Decreto, em conjunto com a Lei dos Órgãos Locais num futuro próximo, poderá constituir motivo para alguma instabilidade institucional, devendo o programa preparar as CDLs para a encarar.

5. O PAPEL DAS CDLs

5.1. NATUREZA INSTITUCIONAL DAS CDLs

Para a caracterização institucional das CDLs perguntou-se aos inquiridos a quem recorre a família para:

- (i) Resolver problemas de infraestruturas para a comunidade;
- (ii) Administrar curso(s) de formação para a comunidade
- (iii) Limpeza local da aldeia
- (iv) Resolver problemas ligados à terra e aos recursos naturais
- (v) Resolver problemas ligados às associações
- (vi) Resolver problemas ligados à economia

Os inquiridos responderam em função de cinco agentes institucionais, nomeadamente: Autoridades Tradicionais [AT], Autoridades Administrativas [AA], Autoridades Religiosas [AR], Tribunais Comunitários [TC], Família [F] e “outros” [O] (assumindo que outros na maioria dos casos se referem às CDLs).

Para esta análise o total da amostra foi desagregado em duas categorias: comunidades com CDLs (c/CDL) e comunidades sem CDLs (s/CDL). O quadro seguinte mostra a distribuição das respostas encontradas.

%	Valores percentuais											
	INFRA-ESTRUTURAS		FORMAÇÃO		LIMPEZA LOCAL		TERRA/REC. NATURAIS		ASSOCIAÇÕES		ECONOMIA	
	CDL	S/CDL	CDL	S/CDL	CDL	S/CDL	CDL	S/CDL	CDL	S/CDL	CDL	S/CDL
AT	26	28	27	35	29	48	38	47	19	33	27	35
AA	57	67	55	60	38	49	51	48	35	29	66	62
AR	2	3	3	4	2	1	1	1	19	31	1	1
TC	1	1			1	0	5	1	2	0	0	0
F	0	1	0	1	1	2	4	3	1	3	1	0
O	14	1	14	1	29	1	1	0	13	3	4	1

(i) Infra-estruturas para a comunidade

Pelos dados obtidos, para a maioria das famílias inquiridas as Autoridades Administrativas são a primeira opção de recorrência para a construção de infra-estruturas, tanto nas comunidades c/CDL (57%) e nas s/CDL (67%). As Autoridades Tradicionais ocupam a segunda maior percentagem nas comunidades c/CDL, 26% e nas s/CDL, 28%.

A grande diferença nota-se nas “outras” formas associativas onde nas comunidades c/CDL 14% das famílias responderam recorrer a estas instituições para a construção de infra-estruturas em contraste com 1% nas comunidades s/CDL.

Uma análise detalhada da distribuição das percentagens de recorrência nas comunidades c/CDL versus as s/CDL indica que as CDLs (outras instituições) têm tendência para substituir o Estado (Autoridades Administrativas) na providência e manutenção de infra-estruturas para a comunidade.

(ii) Formação para a comunidade

Semelhante ao caso das infra-estruturas, quando as famílias sentem a necessidade de formação, é, na sua maioria, às Autoridades Administrativas que recorrem (55% c/CDL, 60% s/CDL). As Autoridades Tradicionais surgem em segundo lugar onde nas comunidades c/CDL 27% das famílias responderam que se dirigem a estas para solicitarem cursos de formação e 35% nas s/CDL.

Mais uma vez as “outras” instituições, que se assumem serem as CDLs, ocupam um espaço notável nas comunidades c/CDL, onde 14% das famílias a estas se dirigem para terem cursos de formação.

Neste caso verifica-se que as CDLs tendem a substituir o papel das Autoridades Administrativas e das Autoridades Tradicionais.

(iii) Limpeza local

O padrão acima descrito é idêntico quando se perguntou aos inquiridos a quem recorrem para a limpeza da aldeia. A maior percentagem das pessoas respondeu ir às Autoridades Administrativas (38% c/CDL, 49% s/CDL) estando, em seguida, as Autoridades Tradicionais (29% c/CDL e 48% s/CDL).

No caso de limpeza das aldeias nota-se que existe uma diferença notável na recorrência às Autoridades Administrativas (11 pontos percentuais) em relação às Autoridades Tradicionais (19 pontos percentuais) entre as comunidades c/CDL e as s/CDL. Sempre havendo menor percentagem nas aldeias c/CDL comparativamente as outras aldeias.

Esta diferença significa que nas comunidades c/CDL em 29% dos casos a ela se recorre para a limpeza da aldeia. Mais uma vez as CDLs estão a substituir as Autoridades Tradicionais, em primeiro lugar, e as Autoridades Administrativas em segundo lugar.

(iv) Problemas ligados à terra e aos recursos naturais

No que diz respeito à terra e recursos naturais o padrão de recorrência é ligeiramente diferente entre as aldeias c/CDL e as s/CDL. Nas comunidades c/CDL as famílias recorrem na maioria às Autoridades Administrativas (51%) seguido das Autoridades Tradicionais

(38%). Nas comunidades onde não existem CDLs não se verifica grande diferença entre a importância da Autoridades Administrativas (48%) e as Tradicionais (47%) quando se trata de problemas ligados à terra e recursos naturais.

A única diferença nas comunidades c/CDL é uma ligeiramente maior recorrência aos tribunais comunitários para resolver problemas de terra e recursos naturais.

Após a desagregação dos dados, pode-se concluir que no que diz respeito aos assuntos ligados à terra as CDLs não têm um peso digno de menção, apenas 1% dos inquiridos nas comunidades c/CDL recorrem a “outras” instituições para resolver estes assuntos.

(v) Problemas ligados às associações

Para resolver problemas ligados às associações, nas comunidades c/CDL, os inquiridos recorrem na maioria dos casos às Autoridades Administrativas (35%), e em seguida às Autoridades Tradicionais e Religiosas, estando ambas com 19%. Nas comunidades s/CDL as percentagens de recorrência não se alteram significativamente, as Autoridades Religiosas apresentam 31% dos casos de recorrência, Autoridades Tradicionais 33% e as Autoridades Administrativas 29%.

A grande diferença entre as comunidades c/CDL e as s/CDL nota-se na recorrência às Autoridades Tradicionais onde são 14 os pontos percentuais em favor das comunidades c/CDL. Esta diferença reflecte-se na recorrência a “outras” instituições onde as comunidades c/CDL têm 13% de recorrência contra 3% nas s/CDL.

Estes resultados permitem concluir que, em matéria associativa, as CDLs estão a substituir as Autoridades Tradicionais.

(vi) Problemas ligados à economia

As autoridades Administrativas demonstram desempenhar um papel de relevo em questões relacionadas com a economia, tanto nas comunidades c/CDL (66%) como nas s/CDL (62%). A segunda maior tendência de recorrência é para as Autoridades Tradicionais, onde 27% das pessoas nas comunidades c/CDL a elas se dirigem e 35% nas comunidades s/CDL.

A recorrência a “outras” instituições é de apenas 4% nas comunidades c/CDL e 1% nas s/CDL. Pode-se concluir que no que diz respeito à economia, as CDLs não exercem nenhum papel digno de menção.

Em suma, dos dados acima apresentados relacionados com a natureza institucional das CDLs pode-se concluir que:

- Na área da formação, limpeza e associações as CDLs começam a desempenhar um papel digno de menção. É de referir que quaisquer destas actividades são de carácter endógeno, ou seja, são do interesse directo das comunidades e não de terceiros.
- Todavia, na área económica e dos recursos naturais as CDLs não desempenham nenhum papel de relevo, mantendo-se as intervenções dependentes de instituições “exógenas” às comunidades.
- As CDLs ainda não têm uma grande representatividade no conjunto dos quatro distritos, no entanto onde elas estão estabelecidas tendem a constituir-se como instituições endógenas às comunidades, são assumidas pelas dinâmicas locais, noutras palavras as populações apropriaram as CDLs como “suas”.
- Nas aldeias onde existem CDLs nota-se uma maior tendência para a adopção de formas organizativas sociais do que nas que não existem. Tal significa que as CDLs estão a contribuir para o reforço do tecido social, para o aumento da consciência cívica e para a apropriação do processo de desenvolvimento ao nível local, mesmo estando a região em recessão económica.

5.2 ANÁLISE DA FUNÇÃO INSTITUCIONAL DAS CDLs

Para a análise do impacto institucional das CDLs viu-se qual a efectividade das intervenções levadas a cabo pelos mesmo cinco agentes institucionais: Autoridades Tradicionais [AT], Autoridades Administrativas [AA], Autoridades Religiosas [AR], Tribunais Comunitários [TC], Família [F] e “outros” [O] (assumindo que outros na maioria dos casos se referem às CDLs) nas aldeias c/CDL e nas s/CDL. As intervenções em causa referem-se às acima mencionadas (infraestruturas, formação, limpeza, terra, associações e economia).

No questionário usado fez-se a pergunta “a quem recorre a família para cada uma das áreas de intervenção, tendo-se perguntado em seguida se “já recorreu?” e “quando recorreu, se funcionou ou resultou?”. Os resultados encontrados são os que constam da tabela seguinte.

%	Valores Percentuais											
	INFRA-ESTRUTURAS		FORMAÇÃO		LIMPEZA LOCAL		TERRA / REC.NATURAIS		ASSOCIAÇÕES		ECONOMIA	
	CDL	S/CDL	CDL	S/CDL	CDL	S/CDL	CDL	S/CDL	CDL	S/CDL	CDL	S/CDL
AT	69	57	72	78	96	92	84	77	87	79	73	68
AA	41	26	74	46	84	85	71	56	80	20	55	18
AR	50		50		100	100	100	100	80	81	0	100
TC	0				100		67	50	100			
F					75	67	90	100	100	100	75	0
O	91	33	95	100	99	100	100		97	56	80	100

(i) Infra-estruturas

No que se refere à providência ou manutenção de infra-estruturas, o maior nível de satisfação verificou-se nas pessoas que recorreram às CDLs com 91% dizendo que a intervenção resultou. A segunda maior percentagem cabe às Autoridades Tradicionais com 69% nas aldeias com CDL. Nas aldeias que não têm CDL a percentagem de pessoas que demonstrou satisfação com a providência de infraestruturas pelas Autoridades Tradicionais foi menos (57%) do que nas c/CDL.

Importante o facto que a percentagem de pessoas que achou construtiva a intervenção das Autoridades Administrativas foi menos do que 50% em ambas as categorias de comunidades (41% nas aldeias c/CDL, 26% nas aldeias s/CDL). Este facto é importante porque apesar da maioria das pessoas ter respondido recorrer às Autoridades Tradicionais quando necessitasse da construção de infra-estruturas, o facto é que quando tiveram de recorrer para tal finalidade, fizeram-no junto das Autoridades Administrativas e não das Tradicionais (ver tabela anterior).

(ii) Formação

Mais uma vez, se verifica que a intervenção das CDLs na formação tem melhores resultados do que junto dos outros agentes institucionais, o que fica demonstrado pela percentagem de satisfação dos que a elas recorreram (95% nas aldeias com CDLs).

Os resultados obtidos para as outras instituições (Administrativas e Tradicionais) também são positivos, acima de 70% para as Autoridades Tradicionais e por volta dos 45% para as Autoridades Administrativas nas aldeias s/CDL, contudo não são comparáveis com os 95% alcançados pelas CDLs. Preocupante é o baixo nível de satisfação em relação ao Estado embora seja a ele que os cidadãos mais recorrem em primeira instância.

(iii) Limpeza da aldeia

99% das pessoas que recorreram à CDLs para a limpeza da aldeia responderam que a intervenção resultou. Este padrão repete-se nas outras intervenções onde o nível de satisfação é no geral acima de 80%.

Contudo, importa realçar que as percentagens dos que recorreram à Autoridades Tradicionais e dizem ter tido resultados positivos é maior do que os que recorreram à Autoridades Administrativas apesar de serem maiores as percentagens do que recorrem ao Estado. A percentagem de satisfação da intervenção da família (75% c/CDL, 67% s/CDL) não é significativa, uma vez que somente 3% dos inquiridos respondeu recorrer à família para a limpeza da aldeia.

(iv) Terra e Recursos Naturais

O maior indicador de satisfação de intervenção nos problemas de terra e recursos naturais pertence às Autoridades Tradicionais. 100% dos que se dirigiram às CDLs responderam positivamente, mas essa percentagem não tem qualquer significado uma vez que somente 1% dos inquiridos respondeu ser às CDLs a quem recorrem para este tipo de problemas.

No geral mais de 70% das pessoas que recorreram às Autoridades Tradicionais respondeu que a intervenção resultou, no entanto somente em 56% dos casos que recorreram às Autoridades Administrativas nas aldeias s/CDL é que alcançaram um resultado positivo.

De referir aqui o papel desempenhado pelos tribunais comunitários na resolução dos assuntos fundiários, onde em 67% de casos de recorrência tiveram um resultado satisfatório em 50%.

(v) Associações

As intervenções relacionadas com as associações feitas pelas diversas instituições demonstram ter tido, no geral, resultados positivos. Todavia, uma vez mais a exceção é em relação às Autoridades Administrativas nas comunidades s/CDLs onde apenas 20% responderam que as intervenções destas resultaram.

No caso dos que recorreram às CDLs os resultados são, uma vez mais francamente positivos, com um grau de eficácia em 97% das recorrências.

(vi) Economia

No geral o maior nível de eficácia foi alcançado Autoridades Tradicionais apesar de a maioria das pessoas terem respondido que é as Autoridades Administrativas que se dirigem para resolver problemas relacionados com questões económicas.

As percentagens representando os que recorreram às CDLs para estes efeitos, não permitem retirar qualquer conclusão pois tratou-se de um número bastante reduzido de intervenções neste domínio.

Em síntese, dos dados acima descritos relacionados com a função institucional das CDLs, pode-se concluir que:

- Nas áreas onde as pessoas recorrem às CDLs as intervenções acontecem, o nível de satisfação é elevado e os resultados são positivos.
- Apesar da maioria dos inquiridos ter respondido ser às Autoridades Administrativas a quem recorre para a resolução dos vários problemas, foi nas intervenções das Autoridades Tradicionais que se alcançaram os maiores resultados.

- No geral, o nível de satisfação das várias intervenções é sempre menor nas aldeias sem CDL, especialmente no que diz respeito às intervenções feitas pelo Estado, do que nas aldeias onde os CDLs estão estabelecidos.

A análise da natureza e da função institucional das CDLs leva-nos a recomendar que:

- Que se mantenha e consolide o carácter endógeno que as CDLs adquiriram onde já existem, ou seja, que elas continuem a ser apropriadas pelas comunidades onde estão inseridas e sejam tidas como uma forma eficiente e eficaz na resolução dos problemas da comunidade. No presente momento as CDLs constituem valor acrescentado ao capital social das comunidades que importa continuar a desenvolver.
- Que as CDLs continuem a assumir não somente o papel de instituição que resolve problemas mas também o papel que desempenha na área da formação dos membros das comunidades para a prevenção de problemas futuros. As CDLs estão a desempenhar um papel de relevo na melhoria da qualidade do capital humano nas aldeias onde foram estabelecidas, assim reforçar esta componente a estenda-la ao maior número possível de membros das comunidades, em particular, das mulheres chefes de família, pelas razões acima mencionadas.
- Que as CDLs constituam um elemento catalizador das iniciativas e saberes locais e uma plataforma válida para aprendizagem de novos conhecimentos e a adopção de novas tecnologias que contribuam para a redução da pobreza. É no eixo do crescimento económico que as CDLs pouco ou nada se fazem sentir, nem na área da gestão dos recursos naturais nem nas actividades eminentemente económicas, interessa pois reverter esta situação, podendo-se iniciar pelas acções acima recomendadas.
- Que as CDLs abordem de forma directa o seu papel na articulação e interface com as recém nomeadas autoridades comunitárias, com as autoridades administrativas no geral e com os demais parceiros, incluindo o sector privado. Embora seja positivo o contributo prestado pelas CDLs para o aumento da consciência cívica e política dos cidadãos em matéria de democracia representativa, ainda está longe a institucionalização do envolvimento dos cidadãos no âmbito da governação. Aconselha-se assim as CDLs a desempenharem um papel mais activo no exercício da democracia participativa.